

VIA TEOLÓGICA

Volume 26 – Número 51 – jun./2025
ISSN 2526-4303

PERSPECTIVA PAULINA ACERCA DA NATUREZA HUMANA DEPRAVADA EM ROMANOS 3.9–18 E SUA RELAÇÃO COM A ESTRUTURA E A TEOLOGIA DE SALMOS

THE PAULINE PERSPECTIVE ON DEPRAVED HUMAN NATURE IN ROMANS 3.9–18 AND ITS RELATION TO THE STRUCTURE AND THEOLOGY OF PSALMS

Me. Werbston da Silva Coelho



A Revista Via Teológica está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações - 4.0 Internacional

PERSPECTIVA PAULINA ACERCA DA NATUREZA HUMANA DEPRAVADA EM ROMANOS 3.9–18 E SUA RELAÇÃO COM A ESTRUTURA E A TEOLOGIA DE SALMOS

THE PAULINE PERSPECTIVE ON DEPRAVED HUMAN NATURE IN ROMANS 3.9-18 AND ITS RELATION TO THE STRUCTURE AND THEOLOGY OF PSALMS

Me. Werbston da Silva Coelho¹

¹ Formado em teologia pela Escola Teológica Charles Spurgeon (Curso livre). Mestre em teologia profissional pelas Faculdades Batista do Paraná. Professor de Antigo Testamento da Faculdade Cidade Teológica Pentecostal – FCTP, em Fortaleza/CE. E-mail: werbston@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho se propõe a demonstrar a estreita relação existente entre a estrutura teológica de Salmos e a construção do argumento de Paulo sobre a depravação humana em Romanos 3.9-18. Para tanto, traz-se a lume a temática do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento, que se apresenta como uma prática recorrente entre os escritores neotestamentários, fazendo com que o livro de Salmos esteja entre os mais citados na literatura paulina. E não por acaso. Apesar de ser compreendido por muitos como uma ordenação quase aleatória de cânticos, petições, orações e imprecações judaicos, defende-se neste artigo que o saltério possui uma estruturação intencional e uma teologia bem definida, facilmente discernível pela mente perspicaz do apóstolo Paulo, que, ao construir o seu argumento definitivo sobre a doutrina do pecado, valeu-se dessa estrutura e de sua intencionalidade manifesta. O resultado foi a transposição quase automática, com as devidas adaptações, das reflexões do salmista para o texto de Romanos, inclusive com o uso de citações diretas de alguns salmos, em ordem a evidenciar a harmonia e a unidade da revelação bíblica desde a época da composição do saltério até sua expressão maior na plenitude dos tempos.

PALAVRAS-CHAVES:

Romanos. Pecado. Salmos. Estrutura e teologia. Continuidade entre Testamentos.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate the close relationship between the theological structure of Psalms and the construction of Paul's argument about human depravity in Romans 3.9-18. To this end, the theme of the use of the Old Testament in the New Testament is brought to light, which is a recurring practice among New Testament writers, making the book of Psalms among the most cited in Pauline literature. And it can't be accidental. Despite being understood by many as an almost random ordering of Jewish songs, petitions, prayers and imprecations, it is argued in this article that the psalter has an intentional structuring and a well-defined theology, easily discernible by the discerning mind of the apostle Paul, who, When building his definitive argument on the doctrine of sin, he made use of this structure and its manifest intentionality. The result was the almost automatic transposition, with the necessary adaptations, of the psalmist's reflections into the text of Romans, including the use of direct quotations from some psalms, in order to highlight the harmony and unity of biblical revelation since the time of composition of the psalter until its greatest expression in the fullness of time.

KEYWORDS:

Romans. Sin. Psalms. Structure and theology. Continuity between Wills.

INTRODUÇÃO

Não há dúvida de que os escritos neotestamentários possuem um autor único, que os inspirou e os imantou, transformando-os em revelação apta a instruir o povo de Deus na Nova Aliança. O conselho da soberana vontade do Senhor resolveu soprar o seu Espírito sobre uma classe de homens que, a despeito de possuírem as mais diversas formações, profissões e modos de viver e pensar a realidade, vinham, em sua grande maioria, de uma mesma cultura, de um mesmo povo, em suma, possuíam uma origem comum. Esses homens eram judeus de nascimento. Como tais, reuniam em torno de si pelo menos um elemento que os unia quase umbilicalmente, em meio ao caldeirão político-cultural no qual estavam inseridos: eles criam no texto sagrado das Escrituras Hebraicas. Dito de outro modo, a Bíblia que os escritores do Novo Testamento liam é aquela que hoje denominamos de Antigo Testamento, cuja inspiração era igualmente reconhecida pelo judaísmo, desde tempos imemoriais. Não é desarrazoadamente supor, assim, que os sobreditos hagiógrafos se valessem dos escritos veterotestamentários para compreender o conteúdo e a natureza da revelação que se apresentava na plenitude dos tempos e, a partir desse entendimento, construir o seu argumento legado a nós através do Novo Testamento.

Parece fora de discussão que aquele que mais habilmente soube utilizar essa ferramenta do Espírito Santo em favor da sistematização de seu pensamento foi o apóstolo Paulo. Gonzaga e Goldoni-Silveira (2021) destacam que “depois de Isaías, o Saltério é o livro bíblico mais citado por Paulo: 19 vezes. E, contando citações e alusões, o número pode ser superior a 31 referências ao AT [...].” Especificamente em relação às citações, há um consenso de que o apóstolo dos gentios faz uso da versão da Septuaginta vigente na sua época, utilizando muito raramente porções da Bíblia Hebraica. Um outro dado importante é que, dentre todas as cartas paulinas, o livro de Romanos é aquele que faz citações diretas do livro de Salmos no maior número de vezes (Gonzaga; Goldoni-Silveira, 2021), boa parte delas envolvendo a doutrina do pecado. Importa, portanto, investigar a razão pela qual Paulo se valeu do Saltério e porque o fez de forma tão direta e sem tantas adaptações à sua teologia, como em outras oportunidades. O que havia no livro de Salmos para que Paulo encontrasse nele tamanha facilidade em transplantar a doutrina do pecado de forma quase automática para o seu texto? O presente artigo se debruçará sobre tais questões.

I. O USO DO ANTIGO TESTAMENTO NO NOVO TESTAMENTO

Interpretar é extrair de qualquer texto ou discurso uma mensagem válida a partir das palavras do autor. Interpretar o texto bíblico é algo que vai além de uma compreensão positiva ou útil. É preciso que se entenda que se está diante de uma construção que exprime a verdade de Deus para a humanidade. Por melhores que sejam as intenções, a Escritura não comporta interpretações particularistas nem as palavras nela inseridas se destacam de seu Autor e inspirador maior, que é o próprio Deus, de modo a permitir que o texto assuma vida própria e autorize a interpretação que mais se adeque aos anseios e pretensões do intérprete.

Talvez por essa razão muito se tem debatido acerca da continuidade ou descontinuidade entre o sentido original dos escritos veterotestamentários e sua utilização pelos escritores do Novo Testamento. A preocupação primeva, ao menos do ponto de vista ortodoxo, diz respeito a saber se os autores neotestamentários, ao fazerem uso do Antigo Testamento, respeitaram os critérios consagrados pela melhor doutrina para uma boa interpretação do texto sagrado. Dentre tais balizas necessárias à melhor compreensão do texto bíblico tem-se aquela que alinha o sentido original da passagem à realidade que a circunda, com o fim de, a partir daí, obter o significado daquilo que o escritor realmente quis dizer a seu público imediato. Em outras palavras, não se pode interpretar as Sagradas Escrituras sem se considerar o contexto literário e o pano de fundo histórico-cultural.

I.I O DEBATE SOBRE O CONTEXTO

Essa preocupação de aproximar o texto de seu contexto se revela ainda mais relevante quando se percebe a defesa, da parte de muitos estudiosos, de que Jesus e os autores do Novo Testamento teriam feito uso de métodos hermenêuticos não contextuais, deixando-se influenciar pela exegese rabínica do *Midrash*, pelos manuscritos de Qumran ou pela literatura apocalíptica da época (BEALE, 2013, p. 21). O que se sustenta é que os escritos neotestamentários teriam se valido justamente do método alegórico, tão rechaçado pelo estágio atual da interpretação bíblica, atribuindo aos textos do Antigo Testamento um sentido completamente alheio ao significado original da passagem. Uma outra corrente do pensamento teológico atenua essa compreensão, ao propugnar que os escritores do Novo Testamento acreditavam sinceramente que sua interpretação da Bíblia Hebraica estava sendo guiada pelo Espírito Santo, o que a tornava verdadeira, apesar de abandonar o contexto imediato da passagem e seu provável sentido original. Não obstante, Beale sustenta que:

Não há certeza absoluta de que a exegese midrástica não contextual fosse tão importante para a exegese dos fariseus antigos e de Qumran quanto dizem os especialistas [...]. Em primeiro lugar, talvez não seja adequado falar de um método rabínico não contextual antes de 70 d.C. [...] Em segundo lugar, a preocupação com a exegese contextual é encontrada com frequência tanto nos rolos de Qumram quanto na literatura apocalíptica judaica. [...] Mesmo a hipótese de que a exegese do AT no NT teve influência judaica pode ser questionada (Beale, 2013, p. 23).

A verdade é que em tema de interpretação do texto hebraico não se pode olvidar da capacidade e criatividade daquele que dividiu a história, Jesus Cristo. Seu método parabólico, embora tenha bebido da riqueza literária da poesia hebraica, revelou-se inovador, não sendo desarrazoadamente supor que sua forma original e inspiradora de entender o Antigo Testamento tenha exercido forte influência sobre os escritores do Novo Testamento, a ponto de tornar o próprio Cristo a mais provável fonte de interpretação original das Escrituras (Dodd, 2020, p. 110,126-127). Dito de outro modo, a maneira com que os autores do Novo Testamento liam o Antigo Testamento pode ter sofrido os influxos da estratégia interpretativa de Jesus, que se caracterizava como um fenômeno hermenêutico da época em paralelo à exegese judaica, mas distinto desta, e que muito provavelmente respeitou o contexto veterotestamentário.

Especificamente em relação às cartas de Paulo, há certo consenso de que elas seriam lidas e relidas nas diversas igrejas em que circulavam. Além disso, as reuniões realizadas pela igreja primitiva envolviam leitura e ensino do Antigo Testamento, de maneira que os novos convertidos possuíam cada vez mais contato com o primeiro testamento judeu. Os estudiosos também concordam que a leitura de tais epístolas era acompanhada de explicações da parte de quem as portava, o que envolvia a citação de referências do Antigo Testamento (Beale, 2013, p. 31-32). Dessa forma, parece razoável concluir que os primeiros ouvintes das cartas paulinas entendessem suficientemente o sentido das citações veterotestamentárias, inclusive a partir do contexto original em que foram escritas.

Sendo este o quadro, resta evidente que os escritores do texto neotestamentário não apenas se valeram dos escritos do Antigo Testamento, como também o fizeram de modo consciente e não aleatório, utilizando o contexto no qual estavam inseridos para chegar às suas conclusões e construir a partir dele a sua teologia. Nas palavras de Beale (2013, p. 34), “[...] O contexto deve ser pressuposto quando se interpretam [...] os textos do AT. [...] Coloco-me ao lado dos que afirmam que o NT usa o AT em conformidade com seu sentido contextual original.” Estabelecidas tais premissas, é preciso ainda compreender a maneira como ocorreu os diferentes tipos de menção dos escritos do Antigo Testamento no Novo Testamento e qual a melhor forma de identificá-los no texto da Nova Aliança.

1.2 CITAÇÕES, ALUSÕES E ECOS

A forma com que os escritores do Novo Testamento desenvolviam seu argumento teológico entrelaçava seus registros autorais com o uso de menções das Escrituras hebraicas, de tal modo que era esperado dos leitores da época que estes soubessem distinguir os primeiros das últimas (Gonzaga; Goldoni-Silveira, 2021). O que não se podia presumir é que os destinatários imediatos dos escritos neotestamentários soubessem estabelecer, com requintes de certeza, a diferença entre citações, alusões e ecos. Essa diferenciação é característica de uma sociedade ocidental, mais preocupada com os domínios da técnica e mais habituada às classificações e categorizações de uma mentalidade helênica, e não hebraica. A distinção, contudo, possui seu valor.

Beale (2013, p. 53) define citação como “uma reprodução direta de uma passagem do AT facilmente identificável por seu paralelismo vocabular claro e bem característico.” O mesmo autor não distingue entre alusões e ecos, entendendo as primeiras como “[...] uma expressão breve deliberadamente pretendida pelo autor para ser dependente de uma passagem do AT” (Beale, 2013, p. 55). A alusão, então, seria uma menção indireta do texto veterotestamentário, mas indiscutível. Já o eco seria aquele que contém uma menção ainda menor do Antigo Testamento, caracterizando-se como uma referência sutil e não tão cristalina quanto a alusão. Há diferentes critérios para diferenciar citações, alusões e ecos, mas este não é o escopo do presente artigo, sendo suficiente apenas mencionar a classificação em questão para realçar a força do gênero citação, objeto do nosso estudo na passagem de Romanos 3.9-18.

Especificamente quanto às citações, cabe ainda pontuar que iniciam normalmente com o verbo *γράφω* (“escrever”) “no indicativo perfeito (passivo), ressaltando, assim, a continuidade da ação divina, e não apenas a ação passada” (Gonzaga; Goldoni-Silveira, 2021). As citações são a mais fiel reprodução de um texto que se pretende transportar para o contexto neotestamentário, o que não significa dizer que essa transposição tenha ocorrido sem quaisquer variações ou adaptações. Na verdade, no caso do apóstolo Paulo, “[...] é bastante provável que ele tenha modificado suas citações em alguns casos” (Beale, 2013, p. 54), o que não se revela algo tão relevante, dada a liberdade com que o autor desenvolvia seus escritos naquele tempo, muito diversa do rigorismo metodológico hodierno. Ademais, não se sabe exatamente qual o formato da versão da Septuaginta (principal fonte do apóstolo dos gentios) vigente no seu tempo. Seja como for, “Em Paulo [...] há cerca de 100 citações, a maioria das quais, em maior ou menor grau, provém de um texto veterotestamentário muito parecido com a Septuaginta grega” (Beale, 2013, p. 55).

Além disso, como dito alhures, o livro de Romanos é aquele que contempla o maior número de citações diretas do saltério, o que merece um olhar mais cuidadoso, a fim de que se possa identificar a razão pela qual o livro de Salmos foi escolhido para fundamentar aquela que talvez seja a viga-mestra de toda a doutrina da salvação desenvolvida por Paulo em seus escritos: a compreensão acerca da natureza humana depravada.

2. ESTRUTURA E TEOLOGIA EM SALMOS

O livro de Salmos é uma reunião de cânticos judaicos. Por isso, não se pode falar que é apenas um livro. Na verdade, Salmos é uma coletânea deles em forma de canções poéticas. Escrito por diferentes pessoas (não só Davi os escreveu), vê-se cada uma delas devotadas a Deus em todas as situações da vida. Mas não há ali somente canções. Tem-se também louvores, petições, intercessões, confissões, agradecimentos a Deus e imprecações. De uma forma geral, nos salmos encontra-se Cristo, inclusive profecias a seu respeito (os chamados salmos messiânicos), além de um convite zeloso e devotado ao louvor e exaltação a Deus em toda e qualquer circunstância. Assim, o cenário principal para a compreensão do saltério é o culto e a prática da adoração de Israel a Deus no templo.

Mas haveria de se questionar: teria o saltério uma estruturação intencional da qual se pudesse extrair alguma logicidade argumentativa, um veio condutor em torno do qual o livro foi construído? Se intencionalidade há na formação do maior livro das Escrituras, esta resultaria numa teologia palpável, verificável e definida? É o que adiante se verá.

2.1 A ESTRUTURA DO SALTÉRIO

Muitas foram as tentativas de se estabelecer o argumento do livro de Salmos. Por estar claramente dividido em cinco porções, não foram poucos os que o compararam à Torá, o Pentateuco ou os cinco primeiros rolos da Bíblia Hebraica. A tentativa de compatibilizar o livro I com a temática de Gênesis, o livro II com os temas de Éxodo e assim por diante revelou-se, contudo, frustrada, “Uma vez que o livro de Salmos não tem, como composição, existência unitária, não possui um argumento. Cada composição, no entanto, apresenta sua própria mensagem e esboço” (Pinto, 2014, p. 462). Nas palavras de Gusso,

A estrutura parece arbitrária, pois o livro não manifesta nada que possa ser chamado de estrutura literária, ao contrário, os diversos tipos de salmos estão espalhados dentro das cinco divisões sem nenhum esquema óbvio, o que lembra mais um ajuntamento de partes de forma quase que aleatória (Gusso, 2012, p. 47).

Apesar do peso das vozes em sentido contrário, sustenta-se no presente artigo que a composição e, principalmente, a compilação do saltério, ocorrida muito provavelmente no período pós-exílico, possui uma estrutura bem pensada e uma intencionalidade manifesta, de modo a permitir que dela se extraia uma mensagem histórico-redentora em consonância com a natureza progressiva da revelação bíblica e em conexão com uma teologia de Deus e do ser humano perfeitamente identificável.

Algumas evidências dessa intencionalidade saltam aos olhos quando se percebe a maneira como o livro foi organizado e dividido. Robertson (2019, p. 27-28) identifica e propõe uma ordenação inovadora do saltério, destacando temas diversos que giram em torno de cada uma de suas cinco porções, a depender da ênfase dada pelo organizador. Assim é que o livro I (Salmos 1-41) reflete o confronto de Davi com seus inimigos na busca por estabelecer seu reinado messiânico. O livro II (Salmos 42-72) expressa o desejo do salmista de tornar conhecido o nome de Deus entre as nações, declarando as vitórias do Senhor sobre estas e, ao mesmo tempo, convocando-as a um encontro com o Criador. Já o livro III (Salmos 73-89) revela o confronto de Israel com as nações estrangeiras, que termina com a devastação do povo de Deus e a aparente derrocada do trono de Davi.

O livro IV (Salmos 90-106) inicia com uma renovação da esperança através de um salmo elaborado pelo próprio Moisés, deliberadamente colocado nesta porção do saltério, como forma de demonstrar que a nação devastada pelo império Assírio e, posteriormente, pelo Babilônico havia perdido o templo, a terra e a própria identidade, mas Deus continuava sendo o seu refúgio de geração em geração. Vê-se claramente um amadurecimento do povo de Israel nesse momento de sua história. Essa maturidade resta ainda mais clara quando se identifica nessa mesma porção do livro um agrupamento de salmos que possuem um refrão comum: “*Yahweh Malak*”, ou seja, “Reina o Senhor” (Salmos 93, 96, 97, 99), a revelar uma mensagem evidente: a nação havia perdido tudo que possuía, mas ainda cria que o Senhor reina. Não possuíam nada, mas ao mesmo tempo entenderam que tinham tudo. Se tinham Deus, possuíam tudo. Na porção final, livro V (Salmos 107-150), verifica-se o uso de expressões de gratidão e louvor a Deus que servem para revelar o clímax do livro, que se encerra em um ato de profusa celebração, apontando para a consumação do reino de Deus e a vitória do Messias que estaria por vir. O organizador, em manifesta intencionalidade, reúne coletâneas de salmos “*Hallelu-Ya*” no final do livro IV (Salmos 104-105), primeira vez em que o termo aparece em todo o Antigo

Testamento, e no livro V (111-117 e 146-150), estes últimos salmos expressando o “*Hallel*” (louvor) final de todo o saltério, última das doxologias do livro.

Como se vê, parece evidente que a estruturação do saltério não apenas foi orientada pelo Espírito Santo, mas claramente utilizada por seu compilador, que não se sabe quem é, para expressar quinhentos anos de história redentora, uma porção significativa do plano de Deus para a salvação não somente do povo de Israel, mas de todas das nações. Impende ressaltar que isso “não significa que o livro deve ser percebido como se fosse um tratado teológico que expõe os seus vários tópicos em uma ordem lógica predeterminada” (Robertson, 2019, p. 40). A esse respeito, Derek Kidner se expressa de modo lapidar:

“Sua estrutura talvez se compare melhor com a de uma catedral edificada e aperfeiçoada no decurso de alguns séculos, numa variedade harmoniosa de estilos, mais do que a de um palácio que revela simetria formal de um plano único que a tudo abrange” (Kidner, 2015, p. 18)

A verdade é que a experiência da redenção atinge o ápice com a fusão do trono de Deus com o de Davi revelada nos Salmos e reafirmada pela promessa de uma nova aliança através dos profetas (Jr 31.31-34; Ez 37.21-26). Depois de Davi, nenhuma outra aliança foi firmada. Ao fim e ao cabo, o saltério está a revelar, a um só tempo, quem é o Deus das Escrituras, quem é o ser humano que Dele necessita e qual o plano para a salvação da humanidade. Importa, portanto, investigar qual a teologia que está por trás de tão rica reunião de poesia e sabedoria hebraicas.

2.2 A TEOLOGIA DE SALMOS

Verifica-se em Salmos uma doutrina de Deus muito bem definida. Embora os Salmos tratem de diversos dilemas pessoais do salmista, descrevendo o ser humano em seus mais variados aspectos existenciais, o que mais chama a atenção é que o escritor sempre se volta para Deus, e não para si próprio. Nesse sentido, os salmos são o Antigo Testamento em miniatura, que sempre está a exaltar e a glorificar a pessoa do único Deus, além de apontar para a figura do Messias prometido. Pode-se falar, assim, na expressão *O Senhor* para resumir a revelação sobre Deus em Salmos. O Senhor é o criador (8; 104); o seu governo se estabelece através de uma justiça perene (11; 75); a bondade do Senhor (34) é inseparável de sua santidade (103), tendo como contraponto sua ira (38); e o Senhor é pastor tanto do seu povo, como um todo (80), quanto de cada indivíduo (23) (Carson *et al.*, 2009, p. 737).

Os Salmos também tratam de um grande ideal, um espelho da verdade colocado diante de cada rei, apontando para aquele em quem tudo terá seu cabal cumprimento. Assim, uma outra expressão que bem pode resumir a doutrina de Deus em Salmos é a frase *O Rei*. O rei enfrenta a oposição do mundo (2.1-3; 110.1), mas se sagra vencedor pelo braço do Senhor (45.3-5; 2.6,8); o Rei estabelece um governo mundial (2.8-12), com sede em Sião (2.6) e cuja marca é a moralidade (45.4-6); o seu governo é eterno (21.4); Ele é amigo dos pobres e inimigo da opressão (72.2,4). Por fim, Ele é o descendente de Davi (132.11), sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque (110.4) e tem natureza divina (45.6): (Carson *et al.*, 2009, p. 738).

Como se vê, o conhecimento de Deus, seja através da revelação de quem ele é, seja por meio de quem ele ungiu como rei, é fundamental para se chegar ao âmago da natureza humana. E os salmistas entenderam bem essa premissa. Por outro lado, não se esqueceram de destacar quem seria o ser humano perante Deus, quais seus dilemas e qual sua natureza e essência. A esse respeito, há vasta literatura que trata da antropologia veterotestamentária, mas a obra de Hans W. Wolff é considerada, sem dúvida, um clássico do século XX sobre o tema (Madureira, 2017, p. 205). Foi esse teólogo quem lançou as bases daquilo que ele mesmo passou a chamar de ‘estereometria da expressão ideativa’ (Wolff, 2008, p. 29). Em suas pesquisas, Wolff descobriu que

termos bíblicos como “alma” (desejo por Deus), “coração” (centro religioso do humano), “carne” (fragilidade humana) e “espírito” (energia vital do ser humano) perderam muito do seu sentido mais profundo quando transplantados para a língua grega, em razão de passarem a ser tratados, na maioria das vezes, em oposição mútua, querendo significar partes distintas do ser humano.

O pressuposto básico de Wolff é que tais conceitos, não raro, definem o ser humano como um todo, à semelhança do que ocorre com o ‘paralelismo de membros’ em algumas passagens do Antigo Testamento, como, por exemplo, no Salmo 84.2 (Madureira, 2017, p. 207): “A minha alma suspira e desfalece pelos átrios do Senhor; o meu coração e a minha carne exultam pelo Deus vivo!” No referido texto, “alma”, “coração” e “carne” não significam partes distintas do ser humano, mas se referem ao indivíduo em sua integralidade. É isto que define o método sintético-estereométrico no pensamento veterotestamentário, que se vale majoritariamente de imagens para transmitir conceitos, diversamente do que ocorre com o pensamento helênico, do qual nossa sociedade sofreu forte influência, e que lança mão de conceitos para comunicar outros conceitos (Madureira, 2017, p. 208).

Mas o salmista também revela outra faceta da natureza humana que não pode ser ignorada e que possui total relação com o escopo do presente artigo. O ser humano também é pecado. Novamente, a estrutura manifestamente intencional do saltério, destacada em linhas anteriores, vem em socorro à tese aqui defendida de que há uma mensagem histórico-redentora transmitida pelo livro de Salmos. Os chamados salmos de confissão de pecados se estendem pelas cinco porções do livro, revelando a necessidade que o ser humano possui de reconhecer sua natureza pecaminosa em toda e qualquer circunstância. Dessa forma, verifica-se o pedido de perdão do pecador no livro I, que trata sobre o confronto com os inimigos (salmos 6; 25; 32; 38-41); no livro II, cuja temática diz respeito à comunicação com os inimigos (salmos 51 e 65); no livro III, cujo destaque é a devastação da nação de Israel (salmos 78 e 85); no livro IV, que versa sobre o amadurecimento do povo israelita (salmos 103 e 106); e no livro V, que revela o louvor e a gratidão da nação eleita ao Deus que ela aprendeu a amar e a adorar (salmo 130). De todos aqui mencionados, chama a atenção o salmo 51.5: “Eu nasci na iniquidade e em pecado me concebeu a minha mãe.” Comentando esta manifestação do salmista, Harman (2011, p. 217) se expressa de modo lapidar,

O pecado de Davi, neste caso, não era o primeiro, pois ele se julga um pecador desde seus primórdios (v. 5). Ele está se referindo às inclinações congênitas que afetam inherentemente a todos nós. Inevitavelmente, o pecado aparece em cada nova vida, uma vez que ele é parte da natureza como resultado do pecado de Adão (Harman, 2011, p. 217).

Não é desarrazoado pensar, portanto, que o deliberado propósito daquele que organizou o saltério, dispendendo os salmos penitenciais ao longo de todo o livro, revela o desejo manifesto de expressar a natureza depravada da humanidade e sua necessidade de reconhecer-se pecadora diante de Deus em todas as instâncias da vida. A mente brilhante e percuciente de Paulo não deixaria de perceber a orientação do Espírito Santo na composição desses e de outros salmos de confissão de pecados, que serviriam de substrato e mola propulsora para construção da sólida doutrina do pecado original, sistematizada pelo apóstolo dos gentios no texto de Romanos, como adiante se verá.

3. A DOUTRINA DO PECADO E A CONSTRUÇÃO DE PAULO EM ROMANOS 3,9–18

A doutrina do pecado é uma das construções mais bem delineadas da teologia de Paulo. O argumento, iniciado em Romanos 1,18–3,8, tem seu ponto culminante na perícope ora objeto de análise. É como se Paulo encerrasse sua argumentação com a conclusão categórica de que “[...] tanto judeus como gregos estão debaixo do pecado” (v. 9). Está-se diante da defesa cabal e peremptória da universalidade do pecado, consistente no fato de que a justa condenação é devida a todo e qualquer representante do gênero humano, “[...] pois todos pecaram e carecem da glória de Deus (Rm 3,23). Chama a atenção não apenas a força do argumento de Paulo, mas seu devotado apego às Sagradas Escrituras como forma de dar um fecho, um arremate final e retumbante, a toda a sua cadeia propositiva. É como se o apóstolo dos gentios não estivesse conformado com sua clarividente construção silogística até que lhe emprestasse um selo, um elemento autenticador, que a validasse e a tornasse, por assim dizer, indiscutível. Essa chancela buscada pelo argumentista maior das Escrituras não era outra senão a própria Escritura hebraica, a Bíblia que Paulo lia.

Interessante notar que a escolha de Paulo recai justamente sobre o livro de Salmos. E não por acaso. Como se vem sustentando desde o início deste excerto, o saltério representa o Antigo Testamento e toda sua riqueza e construção teológica, podendo ser considerado um építome da Bíblia Hebraica. A par disso, também tem se defendido até aqui uma manifesta e incontestável intencionalidade na elaboração e compilação do livro, o que, sem dúvida, facilitou sua compreensão, memorização e desvelamento, mormente da natureza progressiva da revelação, capturada pela perciciente mente do apóstolo Paulo. A construção final do argumento paulino acerca da natureza humana depravada pode ser dividida em pelo menos três partes, traduzindo “a mais longa citação da Escritura de todas as suas cartas” (Beale; Carson, 2014, p. 769). Dos versículos 10 ao 18, verifica-se cinco citações diretas dos Salmos (Sl 5,9; 14,1–3; 10,7; 36,1; 140,3) e uma de Isaías (59,7–8). Não é outra a conclusão de John Murray acerca da passagem em questão:

O apóstolo selecionou uma série de acusações tiradas do Antigo Testamento, as quais cobrem o amplo escopo do caráter e das atividades humanas, a fim de demonstrar que, em qualquer aspecto que encararmos o homem, o veredito das Escrituras é a universal e total depravação humana. A citação nos versículos 10 a 18 não procede de qualquer trecho isolado do Antigo Testamento. O apóstolo reúne várias passagens, que, combinadas, formam um sumário unificado do testemunho do Antigo Testamento acerca da abrangente pecaminosidade da raça humana (Murray, 2018, p. 145).

Primeiramente, Paulo tenta demonstrar a corrupção do caráter humano de uma forma geral, com a expressão “Não há justo, nem um sequer; [...] não há quem faça o bem, não há nenhum sequer” (Rm 3,10–12). A citação é direta e reproduz o salmo 14,1–3. MacArthur (2016, p. 87) identifica seis acusações na passagem: (i) o ser humano é universalmente mal (“nenhum justo”); (ii) espiritualmente ignorante (“ninguém que entenda”); (iii) está em rebelião contra Deus (“ninguém que busque a Deus”); (iv) errático (“todos se desviaram”); (v) espiritualmente inútil (“tornaram-se juntamente inúteis”); e (vi) moralmente corrupto (“não há ninguém que faça o bem”).

Uma vez mais salta aos olhos a utilidade da intencional organização do saltério como argumento teológico para a universalidade do pecado. Como ressaltado alhures, o livro de Salmos foi dividido em cinco porções, cada uma disposta em torno de uma temática prevalecente. Os livros I (1–41) e II (42–72) possuem como centro nervoso a relação que o salmista estabelecia com seus próprios inimigos e com os de Israel, de forma geral. A diferença fundamental entre ambas as porções é que, na primeira delas, o salmista se volta para

Deus em clamor contra tais inimigos, invocando o nome do Senhor da aliança, qual seja, *Yahweh*. Já no segundo livro do Saltério, o desejo é de se comunicar com os inimigos ou com as nações que se voltavam contra Israel. Prova disso é a utilização predominante do nome *Elohim* nesta porção, mais compreensível entre aqueles que não conheciam o Deus de Israel. Robertson expõe sua tese a claras letras:

Uma explicação muito mais provável dos nomes *Yahweh* e *Elohim* tem a ver com a perspectiva diferente dos dois livros. O mais impressionante sobre o conteúdo dessa segunda coletânea de salmos davídicos dentro do Livro II é o número de salmos que se referem a ‘povos’, ‘nações’, ‘estrangeiros’, ou ‘toda a humanidade’. Doze dos 21 salmos nesta coletânea (Sl 51-71) referem-se especificamente a povos não israelitas. Essa proporção contrasta significativamente com os salmos davídicos do Livro I (Sl 3-41). Nessa primeira coletânea, apenas seis dos 39 salmos referem-se claramente a povos não israelitas (Sl 7; 9; 10; 18; 22; 33) (Robertson, 2019, p. III).

Assentada a premissa de que o Livro I trata especificamente sobre o confronto contra os inimigos de Israel, com a predominância do uso do nome *Yahweh* (278 usos contra 48 de *Elohim*), enquanto o Livro II expressa a tentativa de comunicação de Israel com as nações de um modo geral, com a prevalência do uso do nome *Elohim* (197 usos contra 32 de *Yahweh*), sustenta-se aqui que não é por acaso que o salmo 14, citado por Paulo em sua argumentação acerca da universalidade do pecado, foi repetido, quase que *ipsis litteris*, no Livro II, precisamente no salmo 53, a revelar a tentativa de comunicação, também a todas as nações, da natureza humana corrompida. Dito de outro modo, é possível e até mesmo provável que o salmista, sob a orientação do Espírito Santo, tenha estabelecido a pecaminosidade humana de uma forma que Israel pudesse entendê-la inescapavelmente, com o uso do nome *Yahweh* no salmo 14, e, ao mesmo tempo, de uma maneira que as nações também pudessem compreender indiscutivelmente, com o uso do nome *Elohim* no salmo 53. Comentando o Salmo 1, que é considerado pelos estudiosos como uma introdução ao Saltério, junto com o Salmo 2, Mauro Meister lega-nos a seguinte chave hermenêutica:

“Primeiro, a nossa leitura deve ser feita dentro do contexto do Livro dos Salmos como um todo. Assim, o mesmo adorador que canta o Salmo 1 deve cantar o Salmo 14 [...]. Alguém pode argumentar que estes dois versos se referem “aos insensatos” (Sl 14.1); porém, o argumento do apóstolo Paulo em Romanos 3, para mostrar que toda a humanidade carece da glória de Deus, sejam judeus sejam gregos, é baseado exatamente na citação desse texto [...]” (Meister, 2021).

Avançando no argumento paulino, percebe-se agora o uso de salmos originalmente escritos para condenar os ímpios, mas que Paulo utiliza para a condenação de todos. A mensagem é clara: a depravação humana é universal. Assim é que Romanos 3.13-14 se vale dos salmos 140.3 (“Veneno de víbora está em seus lábios”; 5.9 (“Nos lábios deles não há palavra confiável; suas mentes só tramam destruição. Suas gargantas são um túmulo aberto; com suas línguas enganam sutilmente.”); e 10.7 (“Sua boca está cheia de maldições, mentiras e ameaças; violência e maldade estão em sua língua.”). Haveria de se questionar, no ponto, se Paulo estaria fugindo do contexto original da passagem citada ao estendê-la a toda a humanidade. Bruce despeja luzes sobre a questão:

Se as citações fossem examinadas uma por uma, seria necessário relacioná-las com os seus contextos históricos. Pelo menos algumas delas referiam-se a um ponto particular, e não universal. Mas o quadro geral que apresentam aqui arremata a causa que Paulo vem promovendo. E se ele imagina uma objeção a seu uso dessas citações, a objeção não é que as desligou dos seus contextos históricos, mas que elas se referem somente aos ímpios gentios, não a Israel. ‘Não’, replica Paulo, ‘estas citações são tiradas das Escrituras judaicas e,

portanto, o povo que elas têm em vista em primeiro lugar é o povo judeu.' [...] Então, os judeus, como também os gentios têm de se confessar moralmente falidos (Bruce, 2005, p. 80).

E para que não restem dúvidas de que a pecaminosidade humana também se estende aos judeus, Paulo arremata seu argumento, em Romanos 3.15-17, citando o texto de Isaías 59.7-8, aplicável diretamente à nação de Israel em razão de seus pecados contra Deus ("Seus pés correm para o mal, ágeis em derramar sangue inocente. Seus pensamentos são maus; ruína e destruição marcam os seus caminhos. Não conhecem o caminho da paz; não há justiça em suas veredas. Eles a transformaram em caminhos tortuosos; quem andar por eles não conhecerá a paz"). Aqui, o apóstolo encerra sua construção, deixando fora de discussão qualquer tentativa de limitar a propensão natural para o cometimento de pecados somente aos não integrantes da aliança, ou seja, aos gentios. E conclui a discussão, em Romanos 3.18, citando mais um salmo (36.1): "Há no meu íntimo um oráculo a respeito da maldade do ímpio: aos seus olhos é inútil temer a Deus." A pecaminosidade humana é um problema de natureza, que se caracteriza como um defeito do próprio coração. Todos estão debaixo da lei do pecado, de maneira que todos necessitam de redenção por meio da fé em Cristo Jesus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação das Escrituras não pode se dar sem o conhecimento do Deus das Escrituras. Essa é a primeira conclusão a que se deve chegar quando se busca sinceramente compreender a teologia de Paulo. E a compreensão do verdadeiro Deus revelado no texto sagrado leva ao entendimento do verdadeiro ser humano.

Decorrencia dessa compreensão da revelação divina, tem-se que Deus planejou a Criação para sua própria glória, e fez a humanidade à sua imagem para que essa revelação comunicasse algo Dele ao ser humano. Em certo sentido, cada indivíduo é a expressão e o veículo dessa automanifestação divina. Daí porque Deus opta por se revelar em um dado contexto histórico, cultural e literário, que não pode ser ignorado na interpretação do texto bíblico.

Partindo dessa premissa, verifica-se que Paulo se vale dos escritos veterotestamentários para expor e defender o evangelho que ajudou a sistematizar, sem olvidar do contexto imediato das passagens utilizadas e em obediência à revelação progressiva. Quanto às citações de que lança mão, chama a atenção a quantidade delas no livro de Salmos, mormente na carta aos Romanos, deixando entrever não apenas a importância do saltério na construção da revelação bíblica, como também a intencionalidade da própria composição e organização do maior livro das Escrituras.

Essa estruturação do saltério, orientada primordialmente pelo Espírito Santo, não se limitou a um agrupamento aleatório de cânticos judaicos, mas legou a todos uma riqueza de significados que ainda está por ser descoberta. Algumas das camadas significantes dos Salmos têm relação com sua divisão em cinco porções, cada qual com uma ênfase temática que aponta para uma construção histórico-redentora intrinsecamente ligada à plena revelação de Deus em Cristo Jesus. Os Salmos são, por assim dizer, a reunião em um só livro da Lei dos judeus e do Evangelho estendido aos gentios. Talvez Paulo tenha sido o primeiro a compreender a importância do saltério na função de esclarecer e enfatizar o seu evangelho, razão pela qual não o tratou como mera peça de decoração de sua construção teológica, mas fundamento e evidência mesma de toda a doutrina do pecado, pedra de toque daquela que se tornaria o maior legado de Paulo: a doutrina da justificação pela fé.

REFERÊNCIAS

- BEALE, G. K. **Manual do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento: exegese e interpretação.** São Paulo: Vida Nova, 2013.
- BEALE, G. K.; Carson, D. A. **Comentário do uso do Antigo Testamento no Novo Testamento.** São Paulo: Vida Nova, 2014.
- BRUCE, F. F. **Romanos: introdução e comentário.** São Paulo: Vida Nova, 2005.
- CARSON, D. A.; France, R. T.; Motyer, J. A.; Wenham, G. J. **Comentário bíblico Vida Nova.** São Paulo: Vida Nova, 2020.
- DODD, Chales H. **Segundo as Escrituras.** São Paulo: Fonte Editorial, 2020.
- GOLDONI-SILVEIRA, Rogério; GONZAGA, Waldecir. **O uso de citações e alusões de Salmos nos escritos paulinos.** *Cuestiones Teológicas*, Bogotá, v. 48, n. 110, jul./dez. 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0120-131X2021000200248&script=sci_arttext&tlang=pt. Acesso em 20 jun. 2024.
- GUSSO, Antônio Renato. **Os livros poéticos e os da sabedoria: introdução fundamental e auxílio para a interpretação.** Curitiba: ADSantos, 2012.
- HARMAN, Allan. **Comentários dos Antigo Testamento.** São Paulo: Cultura Cristã, 2011. Edição do Logos.
- KIDNER, Derek. **Salmos 1-72: introdução e comentário.** São Paulo: Vida Nova, 2015.
- MACARTHUR, John. **Introdução ao aconselhamento Bíblico: um guia de princípios e práticas para líderes, pastores e conselheiros.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2016.
- MADUREIRA, Jonas. **Inteligência Humilhada.** São Paulo: Vida Nova, 2017.
- MEISTER, Mauro Fernando. **Exposição do Salmo I.** *Fides Reformata*, São Paulo, v. XXVI, n. 2. 2021. Disponível em https://cpaj.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/50-outros/cpj/Fides_Reformata/26-2/Fides26-2-6-Exposicao-do-Salmo-1-Mauro-Meister.pdf. Acesso em 07 mar. 2025.
- MURRAY, John. **Romanos: comentário bíblico.** São José dos Campos: Fiel, 2018.
- PINTO, Carlos Osvaldo Cardoso. **Foco & Desenvolvimento no Antigo Testamento.** 2.ed. São Paulo: Hagnos, 2014.
- ROBERTSON, O. Palmer. **A estrutura e teologia dos Salmos: uma proposta corajosa e estimulante para ler o saltério.** São Paulo: Cultura Cristã, 2019.
- WOLFF, Hans Walter. **Antropologia do Antigo Testamento.** São Paulo: Hagnos, 2014. Edição do Kindle.